

A CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL E SEUS LIMITES ABSOLUTOS: a relação entre o capital transnacional e os Estados nacionais

Edlene Pimentel Santos¹

RESUMO

Este texto aborda os elementos mais decisivos da problemática sobre o antagonismo estrutural entre o capital transnacional e os Estados nacionais vinculada ao processo de expansão e acumulação capitalista, fundamentada nas formulações teóricas de István Mészáros. Ressalta, ainda, alguns aspectos dessa contradição a partir da crise estrutural, vinculada à ativação dos limites absolutos do capital na atualidade. Tais limites se apresentam intrinsecamente articulados na forma de um conjunto de contradições de caráter destrutivo que, em seu processo de produção, inviabilizam a reprodução sociometabólica, demonstrando ser insuperáveis nesta sociabilidade.

Palavras-chave: Crise Estrutural. Limites Absolutos. Estados nacionais.

ABSTRACT

This text deals with the most decisive elements of the problematic about the structural antagonism between transnational capital and the national states linked to the capitalist process of expansion and accumulation based on theoretical formulations of István Mészáros. It still emphasizes some aspects of this contradiction from the structural crisis linked to the activation of the absolute limits of the capital at the present time. These limits introduce themselves intrinsically articulated in contradiction sets of destructive character, that in its process of production are impracticable to the socio-metabolic reproduction giving a demonstration of they are insuperable in this sociability.

Keywords: Structural crisis. Absolute limits. National states.

1 INTRODUÇÃO

Na atualidade, com o processo de globalização do capital vem à tona a problemática da relação existente entre os Estados nacionais no interior da estrutura capitalista em expansão. Vários intelectuais das mais diversas tendências teóricas têm se debruçado sobre a temática em questão, no sentido de buscar respostas e possíveis “soluções” para os conflitos decorrentes dessa relação contraditória e suas consequências desumanizadoras.

Em sua obra, *Para Além do Capital*, Mészáros elabora uma análise crítica sobre o capital dos dias de hoje, tomando como base as formulações teóricas de Marx contidas nas obras *O capital* e os *Grundrisse*. Defende a tese da incontrollabilidade do sistema sociometabólico do capital, o qual apresenta um caráter destrutivo próprio de sua natureza. Ressalta a existência de uma crise estrutural do capital que “afeta a *totalidade* de um complexo social em todas as relações com suas partes constituintes ou subcomplexos, como também a outros complexos aos quais é articulada” (MÉSZÁROS, 2002, p. 797), revelando-se como uma verdadeira crise de dominação que vem afetando, de uma forma geral, o conjunto das relações humanas na atualidade.

Nesse processo, a questão fundamental que estamos enfrentando atualmente é que o domínio do capital assumiu um caráter universal, à medida que se estendeu aos lugares mais distantes e isolados do planeta, ativando aquilo que Mészáros denomina de os

¹ Doutora. Universidade Federal de Alagoas. edlene@uol.com.br

limites absolutos desse sistema de controle sociometabólico, limites esses que colocam em funcionamento toda a sua estrutura causal.

É nesse preciso sentido que Mészáros busca apreender a tessitura causal da sociabilidade contemporânea, sua lógica interna alicerçada no poderoso sistema sociometabólico do capital, constituído por três dimensões inseparáveis: capital, trabalho e Estado. Postula que dada a impossibilidade de separar essas três dimensões materialmente constituídas e intimamente interligadas, torna-se, portanto, impossível “emancipar o trabalho sem simultaneamente superar o capital e o Estado” (MÉSZÁROS, 2002, p. 600).

O nosso objetivo é expor, como Mészáros concebe e analisa o antagonismo estrutural entre o capital transnacional em expansão e os Estados Nacionais revelando a causalidade desse processo. Nesse sentido, serão delimitadas suas principais características e contradições na sociedade capitalista, articuladas ao contexto da crise na qual vivemos. Tema que será abordado na sua relação/significado na vida dos homens nessa sociabilidade.

2 ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE A CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL

De início, salientamos que a crise do capital que a humanidade vem experimentando na atualidade é “fundamentalmente uma crise estrutural” (MÉSZÁROS, 2002, p.798). Para ele, “a crise estrutural reside e emana das três dimensões internas fundamentais do capital: “produção, consumo e circulação / distribuição / realização”. Tais dimensões “tendem a se fortalecer e a se ampliar por algum tempo, provendo também a motivação interna necessária para a sua reprodução dinâmica recíproca em escala cada vez mais ampliada” (MÉSZÁROS, 2002, p.798). Sob seu ponto de vista, a novidade histórica da crise atual reside no fato de que ela apresenta um caráter universal, abrangendo todas as esferas do sistema; um “alcance verdadeiramente *global*” atingindo a totalidade dos países; uma “*escala de tempo* extensa, contínua” e um “modo *rastejante*” de se desdobrar. Porém, mesmo que os tradicionais mecanismos de administração das crises e ainda o deslocamento temporário das crescentes contradições possam perder sua força, isso não significa a impossibilidade de convulsões violentas. O frequente jogo entre os mecanismos crescentes de controle utilizados e sua decrescente eficácia só demonstra um indício do aprofundamento e da severidade da crise estrutural.

No mundo do capital, as expressões de uma crise estrutural podem ser reconhecidas tanto em suas dimensões internas como nas instituições políticas. Diante da instabilidade das condições socioeconômicas atuais, tem-se a necessidade de novas ‘garantias políticas’ muito mais poderosas, que não podem ser proporcionadas pelo Estado. Desse modo, “o desaparecimento ignominioso do Estado de bem-estar social expressa claramente a aceitação do fato de que a *crise estrutural de todas as instituições políticas* já vem fermentando sob a crosta da ‘política de consenso’ há bem mais de duas décadas” (MÉSZÁROS, 2002, p. 800).

Essa crise estrutural do capital “afeta a *totalidade* de um complexo social em todas as relações com suas partes constituintes ou subcomplexos, como também a outros complexos aos quais é articulada”. É por essa razão que “uma crise estrutural põe em questão a própria existência do complexo global envolvido, postulando sua transcendência e sua substituição por algum complexo alternativo” (MÉSZÁROS, 2002, p.797).

Nesses termos, “a crise estrutural do capital se revela como uma verdadeira *crise de dominação* em geral”; seu caráter devastador tem afetado todas as esferas de atividade, assim como todo o conjunto das relações humanas. Esse sistema de dominação está em crise porque “sua *raison d’être* e sua justificação históricas desapareceram, e já não podem ser mais reinventadas por maior que seja a manipulação ou a pura repressão” (MÉSZÁROS, 2002, p.801). Essa razão de ser do capital significa “a extração máxima de

trabalho excedente dos produtores de qualquer forma compatível com seus limites estruturais”, já que seria impossível cumprir plenamente suas funções sociometabólicas de uma outra maneira (MÉSZÁROS, 2002, p. 99). Dessa maneira, “ao manter milhões de excluídos e famintos, quando os trilhões desperdiçados poderiam alimentá-los mais de cinquenta vezes, põe em perspectiva o absurdo desse sistema de dominação” (Mészáros, 2002, p.801). O mesmo acontece em outros âmbitos da esfera humana, nos quais reinam os conflitos de gerações, a negação de oportunidade de trabalho para milhões de homens, a pressão da aposentadoria precoce para outros, a destruição da família, a exploração da mão de obra feminina, o desemprego crônico, enfim, a exacerbação da desigualdade e conseqüentemente um processo de desumanização e pauperização cada vez mais crescentes das massas populacionais.

Para que o capital possa alcançar seus objetivos, quais sejam, acumular e expandir-se cada vez mais, ele “deve afirmar seu domínio absoluto sobre todos os seres, mesmo na forma mais desumana, quando estes deixam de se adaptar a seus interesses e a seu impulso para a acumulação” (MÉSZÁROS, 2002, p.185). Com as transformações ocorridas no decorrer do século passado, observa-se que o capital alastrou-se e dominou todos os cantos da Terra, penetrando também nos países subdesenvolvidos (periféricos), agravando cada vez mais seus problemas. Apesar da riqueza material gerada pelo processo, ele foi incapaz de solucionar os problemas que os indivíduos têm de enfrentar no cotidiano de suas vidas, conforme as promessas revolucionárias da burguesia capitalista. Neste sentido, homens e mulheres se defrontam com as conseqüências desumanizadoras do capital, advindas das suas próprias contradições, e com a crise progressiva desse sistema de dominação. Na atualidade, verificamos que o capital, como sistema de controle sócio metabólico traz como sua determinação mais profunda o processo de expansão e de acumulação, fundamentado na extração máxima de trabalho excedente, subordinando todas as funções de reprodução social à exigência absoluta da sua própria expansão (PIMENTEL, 2007).

A raiz desse problema encontra-se na crise estrutural do capital que estamos experimentando desde a década de 70, que, com o avanço dos seus componentes destrutivos, ativa o espectro da incontrolabilidade total, anunciando a autodestruição tanto para seu sistema sócio reprodutivo como para a humanidade em geral. Significa que o capital, por causa da sua natureza antagonica, já não possui mais o poder necessário para adaptar-se por muito tempo aos ajustes antes utilizados para conseguir manter um “equilíbrio”, como acontecia quando da existência das crises cíclicas.²

Com a ascensão da crise estrutural do capital, os limites absolutos do capital são ativados e dentre esse conjunto de contradições emerge na realidade dos nossos dias o antagonismo estrutural entre o capital transnacional em expansão e os Estados nacionais.

3 A ATIVAÇÃO DOS LIMITES ABSOLUTOS: O antagonismo estrutural inconciliável entre o capital transnacional em expansão e os Estados nacionais

² ¹ As crises em geral fazem parte da natureza do capital; não existe nenhum problema de vincularmos o capital às crises. Diferentemente da crise estrutural, as crises cíclicas são resultantes da contradição entre produção e consumo, porém elas não colocam em risco a expansão e acumulação do capital. Elas são decorrentes da estagnação provocada pela queda da taxa de lucros e da redução de níveis de produtividade. A crise desencadeia a depressão expressa no desemprego, ou seja, a crescente diminuição da incorporação da força de trabalho pelo mercado, além da redução do padrão de vida da classe trabalhadora (Ver MÉSZÁROS, 2002; NETTO; BRAZ, 2006).

A questão fundamental que estamos enfrentando atualmente é que o domínio do capital assumiu um caráter universal, à medida que se estendeu aos lugares mais distantes e isolados do planeta, ativando seus limites absolutos. Diferentemente dos limites relativos “que podem ser superados quando se expande progressivamente a margem e a eficiência produtiva – dentro da estrutura viável e do tipo buscado – da ação socioeconômica, minimizando por algum tempo os efeitos danosos que surgem e podem ser contidos pela estrutura causal fundamental do capital (MÉSZÁROS, 2002, p. 175). Esses limites são considerados absolutos somente para o sistema do capital, por causa das determinações mais profundas de seu modo de controle sociometabólico; portanto, não se trata de limites do trabalho em particular, mas que tem consequências para o conjunto da totalidade social em seu processo de desenvolvimento. A ativação dos limites absolutos do capital tem suas formas de expressão num conjunto de quatro contradições insuperáveis, intrinsecamente articuladas entre si: o antagonismo estrutural entre o capital transnacional em expansão e os Estados nacionais, a destruição e devastação do meio ambiente, a liberação das mulheres e o desemprego crônico.

Privilegiaremos aqui uma característica decisiva desse conjunto de contradições que na atualidade tem trazido consequências destrutivas para a humanidade: o antagonismo estrutural entre o capital transnacional em expansão e os Estados nacionais.

O antagonismo estrutural inconciliável entre o capital global transnacional em expansão e os Estados nacionais necessariamente repressores é

inseparável de (pelo menos) três contradições fundamentais: as que existem entre (1) *monopólio e competição*; (2) a crescente *socialização* do processo de trabalho e a *apropriação discriminatória e preferencial* de seus produtos (por várias personificações do capital – de capitalistas privados às autoeternizadoras burocracias coletivas); e (3) a *divisão internacional do trabalho*, ininterrupta e crescente, e o impulso irremovível para o desenvolvimento desigual, que, portanto, deslocam necessariamente as forças preponderantes do sistema global do capital (no período posterior à Segunda Guerra Mundial, basicamente os Estados Unidos) para a *dominação hegemônica* (MÉSZÁROS, 2002, p.222).

De fato, torna-se impossível imaginar que as buscas empreendidas na direção de superar os antagonismos estruturais do capital atinjam totalmente essas três dimensões.

No tocante ao monopólio e competição, por exemplo, observa-se que durante o século XX intensificou-se a busca pelo estabelecimento e consolidação das grandes corporações monopolistas. Na realidade, essas corporações são constituintes do próprio capitalismo monopolista, e têm como função maximizar os lucros e acumular capital. Ainda que o desenvolvimento do capitalismo monopolista nos países dominantes tenha procurado durante certo tempo, dentro de limites bem definidos, “neutralizar” as contradições referentes à lei do valor, “ele não poderia de modo algum passar por cima da própria lei” (MÉSZÁROS, 2002, p.239).

Na tendência de universalização do domínio do capital, o antagonismo estrutural entre o capital transnacional e os Estados nacionais serviu para reforçar as contradições insolúveis existentes entre eles no sentido de que os povos ou nações periféricas dependentes que se opuseram à perpetuação das relações de força no interior da ordem nacional são desqualificados, sem de modo algum terem direito à autodeterminação. Apesar de toda mistificação de que há identidade entre os interesses do capital transnacional e os capitais nacionais, isso não é válido para os países periféricos. Os capitalistas dominantes sempre defenderam seus principais interesses econômicos como combativas entidades nacionais, haja vista as suas poderosas companhias espalhadas por todo o mundo,

chamadas de multinacionais.³ Elas são, na verdade, corporações transnacionais que não têm condições de se autossustentar; os antagonismos mais profundos do sistema do capital se reproduzem numa escala global ampliada, estabelecendo-se uma relação na qual cada uma das empresas capitalistas se relaciona com o sistema mundial por meio do Estado-nação, ao tempo que depende dele.

Na verdade, sempre foi muito complicado tentar solucionar a contradição existente entre “a tendência fundamental de desenvolvimento econômico transnacional expansionista e as restrições a ela impostas pelos Estados nacionais historicamente criados” (MÉSZÁROS, 2002,p.227). O limite continua sendo aquele que “o capital compartilha com as formas antagonônicas anteriores de reprodução sociometabólica, ou seja, a dominação do trabalho e a compulsão para a exploração que devem necessariamente ser exercidas para extrair o trabalho excedente (MÉSZÁROS, 2002, p. 941).

Devido aos antagonismos existentes no interior da estrutura do capital e do modo de ser das relações socioeconômicas globais sob seu domínio, torna-se impossível apresentar essas relações como se constituíssem um todo harmonioso. Essas tendências são, “problemáticas e até explosivas”. Toda essa situação se torna cada vez mais grave pelo aumento e não diminuição das desigualdades existentes e da “dominação estrutural das economias mais fracas pelos países ‘do capitalismo avançado’ no quadro das relações de poder prevaletentes” (MÉSZÁROS, 2002, p.230).

Para os pensadores defensores do capital, que se ocupam em alimentar a ilusão do postulado da reconciliação amigável entre os interesses conflitantes e o pleno funcionamento do capital, fica difícil demonstrar isso na prática, pois a verdade é que, “mesmo por meio de maciça intervenção estatal, as projetadas ‘conciliação’ e ‘solução’ das contradições não podem ser realizadas devido às deficiências estruturais do sistema e à consequente ativação dos limites absolutos do capital na fase atual do desenvolvimento histórico” (MÉSZÁROS, 2002,p.235).

Se, antigamente, a prática de empurrar as contradições do sistema do capital através do desenvolvimento expansionista resultava em grande sucesso, hoje, sob essas condições, torna-se inviável aplacar os interesses conflitantes do capitalismo monopolista por meio desse mecanismo, pois já “não há mais lugar para garantir, na escala adequada, o necessário deslocamento expansionista”. Por ora, seguem em andamento o processo de centralização e concentração do capital “com a inexorabilidade de uma lei natural baseada na inconsciência dos participantes” (MÉSZÁROS, 2002, p.242).

No plano da reprodução material, vamos encontrar “inúmeros capitais que se opõem uns aos outros e, o que é mais sério, aos grupos de trabalho sob seu controle, todos lutando (...) para a dominação total em seu próprio território e além de suas fronteiras nacionais”. No plano político totalizador, ao mesmo tempo, o Estado do sistema do capital é articulado com uma série de Estados nacionais opostos entre si (e, naturalmente, à força de trabalho nacional sob seu controle ‘constitucional’) como ‘Estados soberanos’ particulares” (MÉSZÁROS, 2002, p.244). Portanto, essa determinação negativa do capital não pode ser transformada em positiva dado que “[...] o capital é *parasitário* do trabalho que estruturalmente tem de dominar e explorar. Isto significa que o capital *nada* é sem o trabalho, nem mesmo por um instante, o que torna *absoluta e permanente* a determinação negativa do capital – em termos de sua dependência do trabalho” (MÉSZÁROS, 2002,p.244-5). Mesmo que se queira escamotear essa negatividade através de uma pseudopositividade

³ 2 A “expressão ‘multinacional’ é frequentemente usada de modo completamente equivocado, ocultando a verdadeira questão do domínio das empresas capitalistas de uma nação mais poderosa sobre as economias locais – em perfeita sintonia com as determinações e os antagonismos mais profundos do sistema do capital global. De modo geral, as nações capitalistas dominantes defendem seus interesses com todos os meios à sua disposição – pacíficos enquanto possível, mas recorrendo à guerra se não houver outra forma” (MÉSZÁROS, 2002,p. 229).

na qual tanto as estruturas reprodutivas materiais do sistema do capital como as instituições são utilizadas para esconder sua verdadeira natureza, apresentando-se como “livres” e politicamente “soberanas”, com a concepção de que o capital que explora e domina o trabalho produtivo é o real ‘criador de riquezas’ e do ‘Estado democrático’ defensor do ‘interesse geral ou universal’, não há como escapar da inconstância do sistema do capital que não consegue mais dirimir os efeitos dos seus antagonismos. Para ele é impossível superar sua própria negatividade, já que a condição de sua existência é a oposição real ou potencial a outros Estados.

4 CONCLUSÃO

A estratégia idealizada da globalização tem agravado cada vez mais o problema do antagonismo estrutural entre o capital transnacional e os Estados nacionais. A grande expansão imperialista só serviu para reforçar as contradições insolúveis existentes entre eles trazendo com ela a lógica de que os povos que se opuseram à perpetuação das relações de força no interior da ordem nacional serão desqualificados, sem de modo algum terem direito à autodeterminação. Assim, o desenvolvimento das grandes multinacionais se gestou no interior do processo de acumulação capitalista, tendo sempre em vista uma maior centralização e concentração do capital. Daí, os problemas que surgem são inerentes à natureza de uma sociedade capitalista, e não aos males ocasionados pelas multinacionais.

Dessa maneira, torna-se difícil resolver a contradição entre a tendência do desenvolvimento econômico transnacional expansionista e as restrições impostas a ela pelos Estados nacionais criados historicamente, devido à existência dos antagonismos na estrutura do capital e o modo de ser das relações sociais globais sob seu domínio. Portanto, torna-se impossível estabelecer uma reconciliação entre os interesses conflitantes e o pleno funcionamento do capital. Mesmo que haja uma intervenção estatal, as propostas de conciliação e solução das contradições não podem se realizar por causa das deficiências estruturais do próprio sistema e da ativação dos limites absolutos do capital nessa atual fase do desenvolvimento histórico. Dadas essas restrições, não existe nenhuma possibilidade de ultrapassar os antagonismos estruturais do capital, pois essas estruturas não podem se reproduzir na escala expandida necessária sem que haja a continuidade do antagonismo entre capital e trabalho, que pela sua própria natureza é instável.

Assim, o antagonismo irreconciliável entre os Estados nacionais rivais do sistema do capital e o problemático impulso das grandes corporações direcionadas ao monopólio transnacional é uma das manifestações da tentativa do capital de sempre ir além dos seus limites, afetando diretamente a relação entre “sua estrutura de reprodução material e a política” (MÉSZÁROS, 2002, p.249). Tudo isso porque o capital é incapaz de impor limites a si próprio, mesmo que uma das consequências seja a total eliminação da humanidade.

5 REFERÊNCIAS

MÉSZÁROS, István. *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. Trad. Paulo César Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo, Editora da UNICAMP/BOITEMPO Editorial, maio de 2002.

MARX, Karl. *O capital - Crítica da economia política*. Livro Primeiro, Tomos 1 e 2. São Paulo: Nova Cultural Ltda., 1996.



NETTO, José Paulo & BRAZ, Marcelo. *Economia Política: uma introdução crítica*. São Paulo, Cortez, 2006 (Biblioteca Básica de Serviço Social; v. 1).

PIMENTEL, Edlene. *Uma Nova "Questão Social"? Raízes humano-materiais do pauperismo de ontem e hoje*. Maceió, EDUFAL, 2007.